

TORNANDO O INVISÍVEL VISÍVEL: UM OLHAR PANORÂMICO SOBRE A DOMINAÇÃO MASCULINA, MACHISMO E A CRIAÇÃO DO “PRÓPRIO” PARA MULHERES.

Renata de Souza Francisco

Mestre em Sociologia Política/ Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro UENF/RJ

Renata_souzacn@yahoo.com.br

RESUMO

O presente ensaio tem como objetivo analisar como a dominação masculina e o machismo em nossa sociedade são naturalizados e produzem a ideologia do “próprio” para mulheres. Observando que as relações de gênero são também relações de poder que organizam o mundo segundo as diferenças sexuais entre homens e mulheres. Limitando o espaço público como lugar exclusivamente masculino e o espaço privado como local apropriado às mulheres, delineou-se que as atividades femininas estavam ligadas ao privado, às atividades menos prestigiosas, tais como cuidar da casa, dos filhos e da limpeza, já que as mesmas agem pela emoção, negando-lhes uma cidadania social e política. Busca-se tornar visível a dominação masculina e a violência simbólica, como uma forma de violência de gênero, que se manifesta de forma simbólica e silenciosa. Mesmo a dominação sendo simbólica ela é capaz de causar efeitos práticos e visíveis nos dominados, tais como sua manifestação através de emoções corporais, como vergonha, humilhação, culpa, onipotência, submissão.

Palavras-chave: Gênero; dominação masculina; cidadania feminina; violência simbólica.

ABSTRACT

This essay aims to examine how male domination and sexism in our society are naturalized and produce the ideology of "self" for women. Noting that gender relations are also power relations and organize the world according to the sex differences between men and women. Limiting public space as exclusively male place and private space as appropriate to the local women was outlined that women's activities were linked to private, the less prestigious activities such as caring for the home, kids and cleaning, since the same act with emotion, denying them a social and political citizenship. Seeks to make visible the male domination and symbolic violence, as a form of gender violence, manifested in symbolic and quietly. Even the symbolic domination and she is able to cause practical and visible effects on the dominated, such as its manifestation through bodily emotions such as shame, humiliation, guilt, omnipotence, submission.

Keywords: Gender, male domination, women's citizenship; symbolic violence.

1. INTRODUÇÃO

1.1 Gênero: organização social da diferença sexual

Scott entende gênero como o saber a respeito das diferenças sexuais, e usa saber como categoria de análise, pois o saber é a compreensão que cada cultura ou sociedade tem acerca das relações humanas, nesse caso, relações entre homens e mulheres. E diz que esse saber não é definitivo ou verdadeiro, mas sempre relativo, pois, cada sociedade vai produzir o saber conforme seus objetivos políticos bem determinados de dominação e poder, já que todas as decisões tomadas em grupo trazem sempre a disputa política pelo poder. Segundo a autora o saber não se refere somente a ideias, mas também estão incluídas as instituições, as práticas

cotidianas e uma vez que o saber é uma forma de organizar o mundo, enquanto gênero é a forma de organização social da diferença sexual.

Assim, gênero é o saber que vai definir as diferenças sexuais entre homens e mulheres, pois para Scott (1994) os significados corporais não são fixos e variam de cultura para cultura, de grupo social para grupo social e depende também do momento histórico “[...] já que nada no corpo incluindo aí os órgãos reprodutivos femininos determina univocamente como a divisão social será definida.” (SCOTT, 1994) Portanto, a diferenciação sexual é meramente produzida pelo nosso saber sobre o corpo, e esse saber está embebido de várias relações e significados. Assim, a diferença sexual não é o que determina a organização social. Em outras palavras gênero é a construção social que fazemos a respeito da diferença anatômica do corpo masculino e do corpo feminino, é uma categoria política e social a respeito do biológico.

Segundo Pierre Bourdieu (2000) existem em várias sociedades formas e condições de existência intoleráveis que passaram ao longo dos tempos a serem vistas como algo aceitável ou até mesmo natural e aponta a dominação masculina como exemplo perfeito:

Sempre vi na dominação masculina, e no modo como ela é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento mais precisamente do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. (BOURDIEU, 2000)

Assim, podemos verificar que a dominação masculina se apresenta de forma tão silenciosa ou “invisível” que suas vítimas são muitas vezes incapazes de reconhecer que estão submetidas a ela, e esse não conhecimento tem suas raízes solidificadas na cultura de um povo, que reproduz a dominação de geração em geração levando a mesma a ser vista como algo natural e normal. Os agentes que se negam a se submeter à dominação estão fadados a sofrer sanções /castigos e passam a serem vistos como anormais. Bourdieu aponta também o desconhecimento como forma de perpetuação da dominação masculina, pois quem não percebe que está sendo violentado simbolicamente, é incapaz de se insurgir contra, e assim, acaba reproduzindo a lógica dominante. Mesmo a dominação sendo simbólica ela é capaz de causar efeitos práticos e visíveis nos dominados, tais como sua manifestação através de emoções corporais, como vergonha, humilhação, culpa, onipotência, submissão e admiração. A submissão feminina não é algo inato às mulheres, e sim uma submissão que está inscrita na construção prática da lógica androcêntrica que rege as relações sociais e suas estruturas objetivas. Assim, fazendo com que as mulheres sejam vistas como um ser inferior ao homem e essa inferioridade também passa a ser sentida e consentida pelas próprias mulheres que estão amalgamadas no *habitus* social, não podendo ou não sendo permitido às mesmas romperem as barreiras físicas e simbólicas impostas pela ditadura da masculinidade.

Segundo Pierre Bourdieu a divisão entre os sexos parece estar na ordem das coisas e é vista como algo normal e natural e, por isso, ninguém a questiona. Bourdieu acredita que a consonância/aceitação entre as “estruturas objetivas” e as “estruturas cognitivas”, torna possível essa aceitação da divisão da sociedade entre homens e mulheres como algo normal, natural e legítima. Dispensando ao homem qualquer justificativa, impondo o masculino como a ordem social sob a qual todos devem se submeter. Isso porque a dominação masculina está tão enraizada em nossa cultura que encontrou na mesma as condições favoráveis ao seu pleno desenvolvimento, pois a divisão sexual do trabalho, a produção e reprodução biológica e social convergem para exaltar/beneficiar os homens e colaboram com os *habitus* masculino.

Assim, todo o movimento social gira em torno da lógica androcêntrica, fazendo com que o dominador encontre em suas “vítimas” reconhecimento e legitimidade de seu poder, sendo as relações de dominação vistas como normais e naturais. “A violência simbólica se instituiu por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (...)” (Bourdieu, p.47, 2000). Verificamos assim, que a dominação masculina se processa por meio do conhecimento ou até mesmo do desconhecimento de seus subordinados. O autor também aponta a divisão sexual do trabalho como o ponto chave da dominação masculina, uma vez que é a divisão do trabalho que determina os lugares específicos para homens e mulheres. Assim, nas palavras do autor:

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembléia ou mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres. (BOURDIEU, p.18, 2000)

Assim, limitando o espaço público como lugar exclusivamente masculino e o espaço privado como local apropriado às mulheres, delineou-se que as atividades femininas estavam ligadas ao privado, às atividades menos prestigiosas, tais como cuidar da casa, dos filhos e da limpeza, já que as mesmas agem pela emoção, negando-lhes uma cidadania social e política. As atividades ditas tipicamente femininas parecem ser uma marca que já nasce impressa no DNA de cada mulher, pois, desde meninas elas são ensinadas a treinar o papel de dona de casa que fatalmente será encenado na vida adulta, bem como, são levadas a aprender trabalhos manuais para que possam ser “moças prendadas” e conseqüentemente boas esposas que estarão sempre com sua linha e agulha prontas a pregar o botão da camisa do marido. Aos homens delimitou-se sua atuação no âmbito da coisa pública, uma vez que, a eles são atribuídas características como a razão. Contudo, estabeleceram-se simbolicamente os lugares e as áreas onde as mulheres poderiam ir e atuar, criando-se uma segregação sexual da cidade. O espaço público é até permitido às mulheres, porém, com muitas restrições, tanto de horários como de vestimentas. Segundo Michelle Perrot (1998) as normas do espaço público são determinadas pela lógica masculina, tais como: “Para os homens, o público e o político, seu santuário. Para as mulheres, o privado e seu coração, a casa.” (Perrot, p.10, 1998) E também:

Assim, o espaço da cidade nunca é simples para as mulheres. Contudo, de dia, elas circulam à vontade, contanto que tomem certas precauções. Mas, à noite, a cidade pertence aos homens e às mulheres profissionais dedicadas ao uso deles. As outras correm perigo. (PERROT, p.29, 1998)

Podemos observar que tanto o corpo masculino quanto o feminino sofrem uma construção social identitária, onde o sexo biológico passa por um processo de socialização impingindo a cada um, um papel diferenciado, uma norma, uma regra de agir conforme sua anatomia. Para Bourdieu o significativo respaldo da diferenciação entre homens e mulheres se concentra na diferença visível que existe entre os corpos, pois a dominação e a inferiorização da mulher se realiza através da diferença biológica que vai hierarquizar e organizar simbolicamente a sociedade, parecendo a divisão entre gêneros algo natural, pois as funções tais como a reprodução biológica servirá para fundamentar a divisão sexual e a social do trabalho, uma vez que:

a força particular da sociodicéia masculina lhe vem do fato de ela acumular e condensar duas operações: ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada. (BOURDIRU, p.33, 2000)

O homem e a mulher são, então, claramente diferenciados por uma existência relacional. Ser homem implica em primeiro lugar possuir um *habitus* viril, ser forte, ativo. O ser mulher implica um *habitus* feminino, ou seja: frágil, emotiva, submissa, entendendo *habitus* como:

O produto de um trabalho social de nomeação e de inculcação ao término do qual uma identidade social instituída por uma dessas linhas de demarcação mística, conhecidas e reconhecidas por todos, que o mundo social desenha, inscreve-se em uma natureza biológica e se torna um *habitus*, lei social incorporada. (BOURDIEU, p.6-7, 2000)

Assim, Bourdieu aponta que esta construção também rege toda a sociedade e suas instituições, por isso, a exclusão das mulheres de lugares tipicamente masculinos. Para as mulheres restam atividades

exclusivamente femininas, nas quais o prestígio passa longe, cabendo reconhecimento e nobreza apenas às atividades desenvolvidas pelos homens.

A diferenciação dos gêneros vai também determinar as formas de uso do corpo, pois a identidade feminina exige que a mulher tenha atitudes comedidas, curvar-se, abaixar-se e ser dócil, já ao homem cabe andar com a postura ereta e nunca curvar-se ou abaixar o olhar. Essa divisão vai classificar não só as posturas femininas e masculinas, mas também todas as práticas sociais, assim:

Cabendo aos homens, situados do lado do exterior, do oficial, do público, do direito, do seco, do alto, do descontínuo, realizar todos os atos ao mesmo tempo breves, perigosos e espetaculares, como matar o boi, a lavoura ou a colheita, sem falar do homicídio e da guerra [...]. As mulheres, pelo contrário, estando situadas do lado do úmido do baixo, do curvo e do contínuo, vêem ser-lhes atribuído todos os trabalhos domésticos, ou seja, privados [...]. (BOURDIEU, p.41, 2000)

E essa formatação da anatomia tem efeitos bem práticos também nas relações sexuais, que Bourdieu aponta como sendo uma relação de dominação, uma vez que os atores envolvidos não se relacionam de forma simétrica, isto porque homens e mulheres têm expectativas diferentes em relação ao ato sexual. As mulheres em nossa sociedade são socialmente preparadas para viver uma experiência sexual cheia de sentimentalismos e intimidade, ou seja, para viver o “amor”. Já os homens, estão socialmente programados para possuir e conquistar o maior número possível de mulheres, onde a lógica é fazer sexo para se satisfazer e para respaldar sua virilidade, uma vez que a autopropaganda é um fator importante entre as conversas masculinas, onde contam as vantagens a respeito de suas relações sexuais. O orgasmo feminino é a prova cabal de que o homem é potente e viril, assim, Bourdieu corrobora a tese de Catharine Mackinnon que diz que a “simulação do orgasmo” por parte das mulheres é a comprovação do poder masculino. Pois as mulheres fingindo prazer estão dando a prova de que o homem é mesmo viril e dominador, já que a satisfação dela depende dele e a satisfação dele só depende dele próprio. Isso se deve ao fato de que em nossa sociedade os papéis sexuais estão bem delimitados e divididos entre o masculino ativo e o feminino passivo e são estes os princípios norteadores das regras sociais e que, segundo o autor, organizam e dirigem também o desejo.

O desejo masculino como desejo de posse, como dominação erotizada, e o desejo feminino como desejo da dominação masculina, como subordinação erotizada, ou mesmo em última instância, como reconhecimento erotizado da dominação. (BOURDIRU, p.31, 2000)

2. METODOLOGIA

Para a execução do presente ensaio foi a leitura de livros e artigos de autores relevantes, dentro do contexto de gênero. Nosso marco teórico está referenciado pelos trabalhos de Michelle Perrot, Pierre Bourdieu e Elisabeth Badinter, além de outros autores que dialogam com as temáticas de gênero e cidadania.

3. DISCUSSÃO

3.1 O machismo e seus estereótipos sociais

Segundo Castañeda (2006) o machismo não significa necessariamente que o homem prenda sua mulher em casa ou nem mesmo que ele faça uso da violência física contra seus subordinados. Para a autora, o machismo, produto direto do patriarcalismo autoritário, se manifesta por uma atitude que já foi naturalizada por nossa sociedade, desta forma podendo aparecer de forma sutil, assim como a violência simbólica, através do olhar, pelos gestos, brincadeiras, pela falta de atenção ou pelo simples fato de ignorar o outro. Deste modo não havendo nenhuma ação concreta, estabelece-se, porém, uma relação desigual onde o

homem se coloca como superior, ou seja, uma dissimetria que tende a inferiorizar as mulheres. Desta forma a autora nos diz que o machismo pode ser definido como:

[...] um conjunto de crenças, atitudes e condutas que repousam sobre duas ideias básicas: por um lado, a polarização dos sexos, isto é, uma contraposição do masculino e do feminino segundo a qual são não apenas diferentes, mas mutuamente excludentes; por outro, a superioridade do masculino nas áreas que os homens consideram importantes. (CASTAÑEDA, P. 16, 2006)

Deste modo o machismo constitui todo um rol comportamental que vai interferir em todas as relações interpessoais, tais como amor, amizade, trabalho, tempo livre e principalmente na política, orquestrando o funcionamento desses segmentos com objetivo de domínio sobre os demais, principalmente sobre as mulheres. A rivalidade e a disputa entre pares também é uma característica do comportamento machista que delega o posto de homem de verdade àqueles que conseguem múltiplas conquistas sexuais, que fazem uso da exibição de força física, agressividade, coragem, indiferença à dor e principalmente desprezo pelas características ditas femininas; são esses alguns dos traços de virilidade que a nossa sociedade convencionou como pré-requisitos básicos da essência masculina. Essas características estando enraizadas em nossa sociedade acabam sendo vistas de forma naturalizada, ou seja, não há estranhamento desse comportamento masculino, ele acaba sendo visto como constituinte da biologia do homem, pois já faz parte do discurso comum, tornando-se quase invisível. Essa diferença radical estabelecida pelo machismo entre homens e mulheres propõe papéis excludentes em todos os âmbitos da vida social, assim:

De acordo com essa perspectiva, as pessoas são aptas ou não em certas áreas de estudo ou ocupação, e até se permitem ou não certas emoções, com base em seu gênero sexual e não em suas características individuais. De acordo com essa visão, por exemplo, os homens não são capazes de cuidar de um bebê e as mulheres não podem ser boas engenheiras ou maestrinas. (CASTAÑEDA, P.17, 2006)

Castañeda lembra que o machismo não é um atributo pessoal inato, ou seja, os homens não nascem machistas; aprendem no seio da sociedade como sê-los, pois toda relação de poder estabelece papéis e personagens que parecem naturais. Assim, como o machismo é aprendido, existem várias formas de ser homem, segundo a autora não necessariamente machista, onde cada sociedade vai delinear seu próprio ideal de masculinidade, que dentro de uma mesma sociedade vai ser plural dependendo das condições econômicas, sociais e profissionais. Desta forma:

[...] Não existe apenas um único tipo de masculinidade e que esta não responde a um imperativo biológico, mas a uma construção social. O machismo, portanto, é algo que se aprende, e assim parece natural e inevitável, mas não o é. Parece natural porque a sociedade inteira, a família, a escola, a cultura em geral, fomentam-no tão universal e constantemente, desde o nascimento, que percebemos sua incorporação gradual a nosso modo de viver, pensar e sentir, comunicar e atuar. (CASTAÑEDA, p.74, 2006)

Outro termo que nos interessa diretamente, e que é também naturalizado em nossa sociedade, é a agressividade masculina, pois é muito comum ouvir dizer que a agressividade é um atributo/característica de uma dita natureza masculina de caráter biológico. Castañeda nos chama a atenção dizendo que esse termo tem sido usado de forma indiscriminada quando se fala em raiva, ambição, competição, crime e guerra. Segundo a autora, temos que levar em consideração fatores históricos e sociais que levaram a sociedade a associar a agressividade como um atributo “natural” do homem, ou seja, os mesmos sempre foram forçados a entrar na guerra por meio de doutrinação, treinamento, disciplina e ameaças. Assim, os homens não foram naturalmente à guerra e esta não depende de testosterona e sim de fatores históricos e políticos. Deste modo, eles foram impelidos a situações onde a vida deles dependia da manifestação da agressividade e da violência, sendo então esses termos atribuídos aos homens ao longo da história, passando a ser naturalizados

como um imperativo biológico masculino. Assim, para a autora, o machismo não requer homens e mulheres em si, porém se nutre de seus papéis, pois as definições sociais de gênero vigente em nossa sociedade requerem uma relação de poder baseada na desigualdade, onde os homens se colocam como superiores às mulheres; como essa dominação machista está inscrita na ordem do dia as mulheres encampam o discurso da inferioridade feminina, corroborando assim a perpetuação do machismo patriarcal introjetado em nossa sociedade.

Bourdieu (2000) colabora com a discussão sobre o machismo quando aponta o alto custo social e psicológico que os homens pagam por encenar essa postura. Assim, segundo o autor, se as mulheres estão submetidas a uma ordem que tende a inferiorizá-las e a negá-las, com os homens não é diferente, pois a mesma força que faz das mulheres objetos da dominação masculina faz os homens vítimas de sua própria dominação. O homem viril e dominador não nasce pronto, ele é um produto construído socialmente de forma relacional ao sexo feminino, sendo a base desta construção a negação de toda e qualquer característica feminina. Ao contrário das mulheres, onde se convencionou a menstruação como indicador natural, sinalizando que a menina se tornou mulher, os homens não têm nenhuma garantia de que deixaram de ser meninos e passaram a ser homens, sendo então a masculinidade aprendida, ou como prefere Elisabeth Badinter (1993), adquirida por um alto preço. Assim, nas palavras da autora:

A primeira menstruação chega naturalmente, sem esforço quando não sem dor, e eis a rapariguinha declarada mulher para sempre. Nada de semelhante, hoje em dia, no que toca ao rapazinho da civilização ocidental. Não que a necessidade arcaica de provar a virilidade tenha desaparecido. Mas nunca foi tão grande a contradição entre a necessidade de exibir o seu gênero e a ausência de provas certas e definitivas. (BADINTER, p16, 1993)

E também:

Dever, provas, experiências, estas palavras dizem que há uma verdadeira tarefa a cumprir para vir a ser um homem. A virilidade não é dada de uma vez por todas, antes deve ser construída, digamos ‘fabricada’. (BADINTER, pp16-17, 1993)

Contudo, ser homem implica diretamente não ter características femininas, ser moral, ter coragem física e encenar todos os *habitus* que as regras sociais condicionaram ao tipo ideal de homem de verdade, já que, ser homem no sentido pleno implica, um dever-ser, uma norma a seguir. Porém, Bourdieu nos chama a atenção para o fato de que o privilégio masculino é na verdade uma cilada, pois exige a todo o momento que o homem afirme a sua masculinidade para todos ao seu redor uma vez que não basta provar somente para ele mesmo ou para a sua família que ele é viril, é necessário o reconhecimento social da sua virilidade, pois a mesma tem que ser avaliada pelos outros homens. Podemos então, verificar que a noção de virilidade é construída e ratificada em comparação com os outros homens, assim a identidade masculina é construída para os outros homens e contra as mulheres. Para Badinter, o conceito de masculinidade vai variar segundo o momento histórico de cada sociedade, e também vai mudar conforme a classe social, a raça e a idade do homem, assim podendo ser desconstruído e novamente construído conforme o interesse dos dominantes.

Foi desqualificando as mulheres que os homens tentaram mantê-las fora da esfera pública. Mantiveram assim o poder falocrático, conquistado às custas da inferiorização da imagem das mesmas. Jean Jacques Rousseau, filósofo iluminista, influenciou muitos homens e mulheres com seu pensamento político. Ao publicar o seu manual pedagógico “O Emílio ou da Educação” Rousseau propalava o princípio da natureza superior do homem, e o da natureza feminina doméstica. Foi praticamente uma sentença que condenava as mulheres à esfera privada. Rousseau pode ser considerado o “responsável” pelo modelo de comportamento adotado no fim do século XVIII. Modelo que “obrigava” as mulheres a ficarem no lar parindo, aleitando e cuidando de seus filhos. Assim, a capacidade biológica das mulheres de gerar filhos foi, ao longo da história, socializada como se fosse um dever natural das mesmas e, caso recusassem-se ao seu destino, poderiam ser punidas severamente pela natureza. Além do mais, as mulheres se mantendo no espaço doméstico contribuiriam enormemente com a sociedade, criando e cuidando dos seus cidadãos. Segundo Elisabeth Bandinter (1991) “Emílio” imprimia e popularizava essa ideologia entre as mulheres da pequena e

média burguesia. Assim, o pensamento e as ações das mesmas foram formatados a partir da filosofia Rousseauiana.

Efetivamente, Rousseau era o grande triunfador do fim desse século. A publicação do *Emílio*, em 1762, havia cristalizado a revolução das mentalidades, dando-lhe sua justificação filosófica. A aspiração a felicidade que marca a segunda metade do século XVIII buscava sua realização num novo modelo familiar, fechado para o exterior e centrado no amor conjugal e parental. Nesse momento, tudo dependia da mulher e de sua aptidão para bem representar os papéis que lhe eram destinados: esposa virtuosa e fiel, mãe até o sacrifício de si mesma, dona de casa consumada. Com essas três condições, a felicidade do homem e da sociedade inteira estavam garantidas. (BADINTER, p19, 1991)

Condorcet, diferentemente de Rousseau, era considerado um homem à frente de seu tempo e até mesmo uma exceção, pois em um momento que foi o marco da história da humanidade, onde a Revolução Francesa inaugurava a modernidade, ele diagnosticou/percebeu a contradição de seus contemporâneos em relação aos seus desígnios revolucionários, já que todas as reivindicações visavam ideais de liberdade e igualdade entre os cidadãos, bem como objetivava quebrar a estrutura hierárquica entre os homens, e principalmente a superioridade divina e natural dos reis. Assim, a contradição propalada por Condorcet diz respeito à exclusão das mulheres dos ideais revolucionários, sendo a Declaração dos Direitos do Homem feita literalmente para o homem branco, cristão e macho.

Segundo Michelle Perrot ao longo da história o espaço privado sempre foi considerado ideal para as mulheres. Sempre se temeu a participação feminina nos assuntos da cidade, principalmente na política, que era considerada uma atividade viril e conseqüentemente um *locus* masculino. Desta forma, a autora nos diz que a representação da mulher como nascida para ser mãe e cuidar da casa, ou seja, o pensamento simbólico da diferença entre os sexos atravessou a espessura do tempo tornando-se um poder estruturante da sociedade. Assim, “[...] para os homens, o público e o político, seu santuário. Para as mulheres o privado e seu coração, a casa.” (Perrot, p.10). A partir da estruturação do mundo segundo as diferenças sexuais definiu-se o que são atividades próprias às mulheres bem como se limitou seus horários de circulação na cidade, definindo-se também os papéis próprios a serem encenados pelas mesmas. Deste modo, estar no espaço público não é uma tarefa fácil e nem simples, pois, segundo Perrot, no espaço público as mulheres, principalmente as burguesas, tinham quase que um dever de beleza, bem como o de ostentar a partir de suas jóias e roupas caras a riqueza de seus maridos.

Desta forma, podemos verificar que a distinção de gênero organiza tanto o espaço físico como os períodos do dia e da noite, gerando o que Michelle Perrot (2005) denomina de segregação sexual do espaço público. A partir dessa segregação, passou a existir lugares proibidos às mulheres, principalmente o político, o judiciário e o intelectual e conseqüentemente os apropriados às mesmas, como lavanderias, grandes magazines e salões de chá, sendo estes os lugares de sociabilidade feminina. Até mesmo as expressões corporais tinham um padrão definido como próprio a uma mulher decente. Essa divisão vai classificar não só as posturas femininas e masculinas, mas também todas as práticas sociais. Consolidando assim, um *habitus* feminino e uma identidade que pressupunha docilidade, bondade e delicadeza. Neste sentido a autora nos diz que o tipo ideal de mulher que se solidificou no imaginário popular é daquela que se conforma, se cala, que nunca se impõe e nem questiona o *status quo*. Assim, nas palavras de Michelle Perrot:

[...] sua postura normal é a escuta, a espera, o guardar as palavras no fundo de si mesma. Aceitar, conformar-se, obedecer, submeter-se e calar-se. Pois este silêncio, imposto pela ordem simbólica, não é somente o silêncio da palavra, mas também o da expressão, gestual ou escriturária. (PERROT, p10, 2005)

Michelle Perrot mostra que a imagem feminina estará associada a vários objetos, desde um simples saleiro a sofisticados automóveis. Associa-se a figura erótica e sedutora das mulheres a esses artefatos, pois consumir esses objetos é como consumir a mulher. “A cidade é um harém que promete a volúpia, mas

também um lugar saturado até a náusea por essa insossa doçura da mulher objeto, insaciável e prisioneira.” (Perrot, p 179, 2005) Para a autora a cidade é como um teatro dirigido pelos homens, no qual as mulheres são o cenário, a decoração, marionetes manipuladas pelos mesmos, que decidem onde e como podem frequentar esse espaço. Assim sendo, verifica-se que o fato das mulheres estarem presentes em espaços masculinos não significa que elas sejam respeitadas ou tenham voz nestes lugares, pois “reificar, deificar a mulher é uma maneira de colocá-la “em seu lugar”, sobre os altares, isto é, à parte e em parte nenhuma.” (Perrot, p182, 2005). Para Michelle Perrot, a autonomia das mulheres é o grande medo dos homens, pois a liberdade feminina ameaça a ordem patriarcal e as relações seculares entre os sexos e principalmente os privilégios falocráticos.

Assim como Michelle Perrot, Bourdieu também acredita que a dissimetria entre homens e mulheres é radical, já que elas são consideradas objetos de troca entre os homens. E é justamente essa dissimetria radical entre homens e mulheres, que inferioriza e exclui as mesmas, fazendo com que esses princípios sejam à base da divisão de todo o universo. Segundo Bourdieu, as mulheres no terreno das trocas simbólicas, e nas relações de produção e reprodução, têm como objetivo central o mercado matrimonial, uma vez que o matrimônio está na base da ordem social de todas as sociedades. Portanto, “as mulheres só podem aí ser vistas como objetos, ou melhor, como símbolos cujo sentido se constitui fora delas e cuja função é contribuir para a perpetuação ou o aumento do capital simbólico em poder dos homens.” (Bourdieu, p.55) Ou seja, as transações matrimoniais tem um cunho político, já que as mulheres servem para ampliar o poder dos homens, evitar a guerra e para aumentar o capital simbólico e social dos mesmos. Desta forma, o autor nos diz que:

[...] as mulheres são valores que é preciso conservar ao abrigo da ofensa e da suspeita; valores que investidos nas trocas, podem produzir alianças, isto é, capital social e aliados prestigiosos, isto é, capital simbólico. (BOURDIEU, p.58, 2000)

As mulheres são consideradas objetos de trocas simbólicas, por isso as mesmas são excluídas do espaço público tornando-as instrumentos de produção e reprodução do capital simbólico e social dos homens.

Elisabeth Badinter, ao analisar a imagem das mulheres produzida durante a Revolução Francesa, diz que raros foram os historiadores que se interessaram pelo destino das mesmas. Quando não foram simplesmente esquecidas, a imagem pintada não era das melhores. Dois tipos de mulheres foram concebidos durante a Revolução Francesa, uma anônima, que tinha como representante a mulher do povo, pois segundo a autora, foram as primeiras a reagir em períodos de miséria. E as outras eram as mulheres de letras, que segundo Elisabeth Badinter mal sabiam escrever, como é o caso de Olympe de Gouges, porém, isso não a impedia de reivindicar direitos e participação na soberania popular, assim como era permitido aos homens. Deste modo, é desconsiderando a participação feminina na Revolução que os homens conseguiram excluí-las da cidadania, bem como moldando uma imagem totalmente distorcida das mulheres para ratificarem a exclusão das mesmas. De tal modo, a autora nos diz:

Com raras exceções, seus contemporâneos não demonstraram ternura para com elas. Alvos privilegiados da imprensa monarquista e dos burgueses bem pensantes, todas foram escarnecidas, caricaturadas e arrastadas para a lama. Uma maioria de historiadores do século XIX, reunindo calúnias e mentiras, chegando mesmo por vezes a criar novas, relegaram-nas à seção de crônicas escandalosas. Inventou-se que tinham uma sensualidade desenfreada, e uma violência incontrolável. Em suma, fez-se delas a imagem de mulheres pouco respeitáveis e perigosas. Em uma palavra: loucas. (PERROT, p252, 2005)

3.2 Profissões femininas: mito ou verdade?

Michelle Perrot nos diz que as mulheres sempre trabalharam, porém, nunca exerceram profissões, já que o trabalho desenvolvido pelas mesmas sempre foi considerado de menor importância. Isso porque, as atividades domésticas são consideradas insignificantes quando desenvolvidas no próprio lar, já que esse

trabalho não gera nenhum ganho financeiro, e tornou-se comum ouvir dizer que quando uma mulher não trabalha fora de seu lar ela não faz nada, desconsiderando todos seus esforços de organizar a casa e educar os filhos. Ela observa ainda que mesmo a mulher tendo conquistado o mercado de trabalho, esse segue, como já nos disse Bourdieu, uma rígida divisão sexual, pois existem “profissões de mulheres” que adotam um conjunto de critérios, pois tais atividades não podem impedir que as mulheres realizem suas atividades domésticas que são consideradas de fato suas atividades primordiais. Assim:

Estas profissões inscrevem-se no prolongamento das funções ‘naturais’, maternais e domésticas. O modelo de mulher que auxilia, [...] mulher que cuida e consola, realiza-se nas profissões de enfermeira, de assistente social ou professora primária. Crianças, idosos, doentes e pobres constituem os interlocutores privilegiados de uma mulher dedicada às tarefas caritativas e de socorro [...]. (PERROT, p252, 2005)

Verifica-se que as profissões ditas “próprias para mulheres” são aquelas que colocam em prática as qualidades físicas e morais que a nossa sociedade condicionou como se fossem inatas, em uma mulher, qualidades que segundo Michelle Perrot são frutos de uma educação tradicional que condiciona as mulheres à passividade, organização e principalmente à feminilidade. Para a autora são qualificações reais que se conquistam a partir da educação diferenciada, reservada para as moças, disfarçadas de qualidades naturais. Desta forma, essa educação diferenciada faz das mulheres as mais hábeis em determinadas profissões, porém profissões menores. Perrot aponta também que a inserção das mulheres em algumas atividades tipicamente masculinas se fez de forma pacífica devido ao fato de no momento que elas são incorporadas os homens foram promovidos a uma categoria superior, resolvendo alguns problemas de carreira, já que a presença das mulheres não colocaria em risco seus postos superiores de trabalho. Outro ponto levantado pela autora é no que tange à carreira, pois segundo a mesma, fazer carreira é considerado uma característica exclusivamente masculina, já que a ambição é um sinal de virilidade e contrário ao que se espera de uma mulher. Além do mais, se criou o mito de que para as mulheres seguirem uma carreira elas deveriam renunciar à algumas de suas atividades ditas naturais principalmente à maternidade e o casamento, uma vez que se dedicar ao trabalho colocaria em risco o tempo para as atividades domésticas que são consideradas atividades primordiais do sexo feminino.

4. CONCLUSÃO

4.1 Cidadania feminina: um longo caminho ainda a ser percorrido.

Segundo Pinsky e Pedro(2003) ¹, tanto a Revolução Francesa quanto a Americana marcaram de maneira paradoxal a história da cidadania das mulheres, já que esses eventos mostraram que era possível romper com as tradições que ditavam a ordem social e também com as hierarquias de poderes vigentes. Porém, essa possibilidade de fratura/rompimento com o *status quo* é anterior à ideia de domesticidade e exclusão das mulheres que ganhariam corpo nas primeiras décadas do século XIX. Desta forma, as autoras nos lembram que no século XVIII, as mulheres da América inglesa não participavam da vida pública. Deste modo, verificou-se que a luta feminina pela conquista da igualdade de direitos e pela cidadania foi marcada por mudanças e permanências ao longo da história. Assim, as autoras apontam que foi também nas teorias iluministas do final do século XVIII que as mulheres se instruíram e se apoiaram para reivindicar direitos e liberdade para elas, uma vez que a ideologia do Iluminismo propalava que cada indivíduo era possuidor de direitos inalienáveis, e que os valores da sociedade deveriam se basear na razão e não mais nos costumes. Porém, as correntes iluministas eram divergentes no que tange a situação dos direitos e capacidade das mulheres. Para Rousseau como se sabe, as mulheres eram incapazes de raciocinar da mesma forma que os homens, sendo movidas pelas paixões, representando por isso, um perigo para a ordem política. As autoras nos mostram que as bandeiras dos homens das luzes eram bem plurais, porém, as mulheres não eram contempladas como merecedoras desses direitos, deste modo:

Alguns deles chegaram a defender os direitos dos homens comuns, dos cidadãos, dos escravos, dos judeus, dos índios e das crianças, mas não os das mulheres. Frequentemente à custa de sua própria lógica, continuaram a reafirmar que as mulheres eram inferiores aos homens nas faculdades cruciais da razão e da ética e que deveriam, portanto, estar subordinadas a estes. A maior parte dos homens das luzes ressaltou o ideal tradicional de mulher silenciosa, modesta, casta, subserviente e condenou as mulheres independentes e poderosas. (MORAES e PINSKY, p.267, 2003)

O modelo ideal de mulher dona de casa acabou gerando uma divergência entre as mulheres que não queriam a casa como único destino. Sendo então, essas últimas vistas como mulheres impuras, acusadas de subverter a ordem natural da sociedade, logo, taxadas de prostitutas, ou seja, mulheres que não precisavam ser respeitadas, pois ser casada e submissa ao marido era um pré-requisito para ser considerada uma mulher digna de respeito.

As autoras afirmam que durante a Revolução Americana as mulheres não participaram diretamente na esfera pública, deste modo, a participação feminina teve uma maior abrangência na esfera privada, onde as mesmas mantinham sozinhas, seus familiares, as propriedades e algumas vezes se empenhavam em atos cívicos. Para tanto, as autoras dizem que essas atividades desempenhadas pelas mulheres foram os primeiros sintomas da importância e capacidade da atuação feminina, assim, abrindo portas para que elas comessem a reivindicar acesso a uma educação melhor. Nascendo assim, um modelo feminino diretamente divergente do protótipo de mulher idealizado pelos republicanos, já que para eles cabia a mulher apenas o papel exclusivo de procriar e cuidar da família, sendo essa condição suficiente para uma mulher ser considerada cidadã.

As mulheres depois da independência começam a se organizar em associações que tinham como objetivo ajudar os necessitados. Na maioria das vezes, essas associações estavam ligadas à igreja, mas, mesmo estando ligadas a tal instituição, essas iniciativas lançaram as primeiras sementes para que as mulheres viessem a se envolver em causas mais consistentes, no fim do século XIX, tais como o movimento abolicionista e feminista, brotando desta forma as primeiras lutas pela emancipação feminina.

No que tange à Revolução Francesa as autoras nos apontam caminhos diferentes dos trilhados pelas americanas, pois as francesas haviam participado na esfera pública lado a lado com os homens dos momentos iniciais, sendo suas reivindicações levantadas como bandeiras. Apontam que as mulheres presenciaram como testemunhas oculares da queda da Bastilha e da Marcha até Versalhes. No decorrer da revolução as mulheres tiveram a liberdade e autonomia para fazer reclamações contra o Estado, à economia e até mesmo reivindicarem direitos.

As autoras apontam que durante a Revolução as mulheres chegaram a conquistar alguns direitos civis, no entanto, no desenrolar do processo as mesmas foram postas de lado, ou seja, a elas foram dados direitos limitados e lhes proibiram a atuação política. Grande parte dos revolucionários do sexo masculino, eram unânimes em considerar que os ideais e conquistas da Revolução tais como: liberdade, igualdade e fraternidade não deveriam ser estendidos às mulheres. Mesmo elas tendo lutado conjuntamente com os homens, as mulheres não deveriam ser contempladas. Alcançado o objetivo dos ideais revolucionários, as mesmas deveriam fazer um movimento de regresso ao lar, pois os revolucionários propalavam que as mulheres sentiriam os benefícios da Revolução Francesa dentro de suas casas. As mulheres estariam dando uma enorme contribuição social para a nação atuando como mães. Todavia, por mais que tenha sido insípida quantitativamente a participação feminina nas lutas da Revolução Francesa as mesmas foram para as ruas conjuntamente com os homens para reivindicar cidadania e direitos. Deste fato, Scott nos diz que a exclusão feminina tem sido parte constitutiva da filosofia política da França desde a Revolução Francesa.

Visto isso, é possível afirmar que mulheres em diversos países em momento de avanços democráticos e ampliação de direitos não foram contempladas do mesmo modo que os homens. Pinsky e Pedro também dizem que houve omissão da discussão em torno da contracepção, direitos e até mesmo a evolução das roupas, que eram essenciais para que as mulheres melhorassem sua qualidade de vida e pudessem, a partir desses pontos, reivindicarem a valorização social. A igualdade de oportunidades e o

reconhecimento de demandas específicas foram negligenciadas. Então, partindo do século XIX as autoras nos falam:

É verdade que esse século popularizou a ideia da mulher restrita à esfera doméstica, limitada ao cuidado do lar e da família, maximizou o imaginário da segregação sexual dos espaços público e privado, reforçou concepções tradicionais da inferioridade feminina, negou às mulheres muitos direitos e impôs muitos obstáculos à sua independência. Por outro lado, ampliou possibilidades e, entre outras coisas, viu florescer o feminismo e a ação das mulheres em diversos movimentos sociais. (MORAES e PINSKY, pp.266-267, 2003)

Na era pré-industrial, segundo as autoras, a economia familiar era voltada para a produção doméstica, tanto no campo, nas oficinas e nos pequenos comércios, as atividades eram desenvolvidas por todos os membros da família. A taxa de mortalidade infantil era alta, já que as mulheres tinham pouco tempo para se dedicar aos filhos, e o conceito de criança que conhecemos hoje não era o utilizado por elas. As crianças eram consideradas adultos pequenos e eram colocadas para trabalhar assim que começavam a andar e sua expectativa de vida era muito curta.

As transformações econômicas, tais como o capitalismo comercial e industrial foram os responsáveis pelas mudanças no padrão de vida da população e principalmente no da vida das mulheres. A riqueza das nações permitiu que as mulheres vivessem melhor do que as gerações passadas, uma vez que, as casadas puderam ser substituídas por empregados, portanto foi possível a elas se dedicarem a outras atividades. Assim sendo, as autoras nos dizem que, ter uma mulher que não trabalhasse em casa e nem fora era sinal de status para o marido, que exibia isso como um troféu em reconhecimento ao seu sucesso econômico. Deste modo, esse novo padrão iniciou-se na Inglaterra, que foi a vanguarda do progresso industrial e econômico, tendo a Revolução Industrial iniciado neste país.

Esse novo momento trazia à tona velhos fantasmas para assombrar as mulheres que saíam de seus lares para trabalhar como doméstica, pois, a ideia conservadora de que lugar da mulher-mãe era em casa, tentava desqualificar a inserção das mesmas no mercado de trabalho. Sob discurso de que o trabalho das empregadas domésticas era a extensão dos papéis femininos tradicionais, já que as mesmas saíam de suas casas para desempenharem as mesmas atividades que elas têm que fazer em seu próprio lar. Desta forma, diziam que em nada mudava a condição delas, não levando em consideração a emancipação financeira e ideológica decorrente da atividade feminina remunerada, que segundo Maria Lygia Quartim de Moraes (2003), é o ponto central para romper com o modelo familiar vigente até aquele momento, que era o da subordinação econômica da mulher ao marido.

O século XIX foi marcado pela agitação social em busca da cidadania, porém a cidadania conquistada foi deficiente para os homens do povo e principalmente para as mulheres, assim, as autoras dizem que foram muitos os retrocessos legais que as mulheres enfrentaram, tal como a perda da autonomia da mulher casada, já que as mesmas ficaram impossibilitadas de gerir suas propriedades e ganhos monetários, sendo o homem a autoridade familiar máxima. Nesse período, também a educação formal para mulher visava forjar nas mesmas papéis sociais condizentes com a lógica androcêntrica, ou seja, uma identidade feminina pautada na submissão e na docilidade. Assim, a diferença entre os homens e as mulheres era definida/reforçada através da educação formal que se dava para cada um dos gêneros.

5. REFERÊNCIAS

BADINTER, Elisabeth. *XY: sobre a identidade masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.. *Palavras de homens*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CASTAÑEDA, Marina. *O machismo invisível*. São Paulo: A Girafa Editora, 2006.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Cidadania no feminino. In: PINSKY, Jaime, PINSKY, Carla Bassanezi. História da cidadania. São Paulo: Contexto. 2003,

PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: UNESP, 1998.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*, Bauru/SP, EDUSC, 2005.

¹ PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria. Igualdade e especificidade. In: PINSKY, Jaime, PINSKY, Carla Bassanezi . História da cidadania. São Paulo: Contexto. 2003,

SCOTT, Joan W. Prefácio a Gender and of History, In: *Cadernos Pagu*, São Paulo, número 3, 1994.